

## OPINIÃO

### A industrialização do medo: para lá da covid

As indústrias do medo necessitam de pavor, mas não podem criar um quadro social de desespero, conducente ao imobilismo. É por isso que a indústria do medo é também uma indústria da esperança. Primeiro de uma série de 12 ensaios, a publicar ao longo do ano, no âmbito das comemorações dos 30 anos do SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações/ISEG, a que o PÚBLICO se associa.



**Rafael Marques**

29 de Janeiro de 2021, 6:00

Têm sido abundantes, ao longo dos últimos meses, as reflexões sobre a associação entre crise epidémica e medo, sublinhando-se como os medos virais são pautados pelo “in” – insegurança, incerteza, incompreensão e indeterminação, mas também pelo “ex” – exclusão, expatriamento ou exílio (afastamento). Do mesmo modo, tem-se enfatizado o paradoxo que se estabelece entre o temor consequencial da solidão e do abandono coexistir com o pânico do contacto e da concentração social e como esta situação geraria algo de inteiramente novo nas nossas sociedades. Procuraremos demonstrar que este estado de espírito (ou cultura, como lhe chamam os sociólogos Frank Furedi e Barry Glassner) transcende o simples contexto covidiano, podendo ser considerado como manifestação da presença de uma lógica generalizada, associada à emergência de uma verdadeira “indústria do medo”.

A cultura do medo é hoje simultaneamente transicional e transaccional, isto é, vive quer da angústia da antecipação de mudanças reais e percebidas, quer da construção social do medo relativamente a um outro. De um lado, teme-se a presença de novas tecnologias, alterações nas formas de emprego, impactos das redes sociais; do outro, teme-se o efeito da proliferação do estranho, do imigrante, do diferente, do estrangeiro, com os quais é difícil estabelecer uma relação comunitária. Destes cenários surgem oportunidades de construção mercantil ou industrial que tentam capitalizar o medo subjacente. Sistemas de vigilância, escrutínio e controlo de movimentos, carros blindados, salas de pânico ou armamentos diversos são apenas uma pequena expressão desta tendência, mas à qual se podem adicionar terapias apontadas à insegurança relacional, cursos e livros de auto-ajuda, ou mesmo reinterpretações livres de ensinamentos místicos orientais. Para que o medo seja susceptível de criar oportunidades de negócio é necessário apresentá-lo como estando radicado em algo profundo, iminente e potencialmente catastrófico, sem ignorar a ideia de que, apesar do dramatismo que este medo implica, a prevenção, a preparação e o investimento em protecção são vias que podem evitar uma expressão trágica.

As indústrias de medo resultam de estados sociais de iminentismo catastrófico ou de crise anunciada, para os quais urge criar mecanismos de preparação. No centro deste processo encontram-se uma série de previsões plausíveis e credíveis no que respeita ao imediatismo de eventos naturais, ambientais ou sociais que poderão pôr em causa o corrente modelo civilizacional. Sendo incertas a sua expressão, duração e intensidade, os actores sociais terão de atribuir-lhes probabilidades subjectivas, baseadas em quaisquer elementos considerados fiáveis ou em narrativas mais ou menos apocalípticas que fazem parte dos seus sistemas de crença. A iminência da catástrofe só pode ser respondida com uma estratégia de preparação ou de eventualismo, pela qual se produz uma acumulação de recursos e activos que poderão ser considerados essenciais à sobrevivência em momentos de descalabro ou ameaça. Trata-se quer de recursos de uso habitual, como comida e bens de higiene, que se tenderão a acumular para além de qualquer necessidade imediata ou de médio-prazo, quer de bens cuja utilização só fará sentido em caso de destruição dos sistemas de planeamento, ordem e controlo social.



**A indústria do medo vive da ampliação dos riscos e dos perigos e da aproximação do horizonte temporal dos mesmos. “Mais próximo”, “mais grave”, “mais destrutivo” são expressões que facilitam a aceitação da retórica do perigo iminente e forçam a adopção de práticas defensivas destinadas a combater os putativos inimigos, sejam eles humanos ou virais**

As “indústrias do medo” desenvolvem-se em torno de alguns pilares fundamentais da vida social contemporânea, contribuindo para a criação de múltiplas oportunidades de condução de negócios e de desenvolvimento ampliado de mercados. As indústrias do medo não resultam de uma imposição imperial dos interesses de alguns agentes sobre outros, antes se tratando do que já chamámos processos de convergência emergente, nos quais interesses diferenciados de actores sociais confluem evolutivamente num estado de



equilíbrio que proporciona vantagens (ainda que assimétricas) a todos os envolvidos. Os últimos meses, marcados pelo alastramento da pandemia causada pela covid-19, têm representado a continuação (ainda que numa escala mais grave) de processos anteriores. A chamada farmacêuticalização da sociedade corresponde a um processo desse tipo, onde encontramos uma convergência instável de interesses entre cidadãos/consumidores que lutam pelo direito de acesso a terapias curativas ou paliativas que lhes reduzam a dor ou prolonguem a vida; profissões médicas que desenvolvem reputação e confiança pelo uso de receituários farmacológicos extensivos que parecem oferecer soluções mágicas; Estado e instituições estatais, em busca de legitimidade, que disponibilizam e garantem acesso regulado a gamas alargadas de medicamentos; e empresas farmacêuticas que, embora buscando o lucro, se apresentam como agentes promotores da saúde pública.

Para alimentar o “preparacionismo” redutor do medo, existe uma parafernália de instrumentos, recursos e *gadgets* que dão resposta a qualquer ameaça ou perigo. Aliás, a indústria do medo vive da ampliação dos riscos e dos perigos e da aproximação do horizonte temporal dos mesmos. “Mais próximo”, “mais grave”, “mais destrutivo” são expressões que facilitam a aceitação da retórica do perigo iminente e forçam a adopção de práticas defensivas ou de medidas preemptivas destinadas a combater os putativos inimigos, sejam eles humanos ou virais. Perante suspensões e anulações de práticas, é toda uma nova ordem político-social que se estabelece e onde os *trade-offs* entre segurança-tranquilidade e liberdade-privacidade são reequacionados. Sociedades dominadas pelo complexo industrial do medo e por Estados cuja legitimidade depende da segurança que conseguem subjectivamente produzir são sociedades de aceitação mais fácil de eliminações ou reduções de práticas normalmente associadas ao que convencionalmente definimos como direitos de expressão ou de movimento. O condicionar de circulações e de entradas e saídas em territórios passa a ser feito em nome dos valores da saúde, da segurança e da estabilidade. O mesmo se passa com o uso de tecnologias móveis de controle da saúde e dos movimentos individuais. A dupla *security-safety* assume-se essencial e pode operar como travão evidente a todos os processos decorrentes do que muitos autores consideraram ser uma tendência para a aceleração social. As indústrias do medo não se baseiam necessariamente numa aceleração de práticas inerentes ao capitalismo, antes trabalhando no quadro do “precaucionismo” extremo.

A instalação de uma dinâmica de perigo-medo adensa as hipóteses de estabelecimento de uma prática de concentração dos seus feixes num alvo fácil e redutor da complexidade, seja através do conhecido mecanismo de bode expiatório, seja pelo cultivo da ignorância científica. A existência de formas plurais de dominação, nas sociedades contemporâneas, é algo que conduz à possibilidade de raios convergentes sobre mais do que um alvo, alimentando pavores de sentido contrário que acabarão por ser usados de forma intermitente por parte dos diferentes grupos que se digladiam por protagonismo e pela marcação de agendas políticas, sociais, económicas e culturais. Os medos ambientais, de um lado, e os medos securitários, do outro, divergem nos alvos e na identificação dos corpos de vítimas e de culpados, mas contribuem igualmente para a identificação de um estado generalizado de medo que não pode, no entanto, ser paralisante, sob pena de as indústrias do medo não poderem funcionar. As indústrias do medo necessitam de pavor, mas não podem criar um quadro social de desespero, conducente ao imobilismo. O medo deve situar-se algures entre limiares de movimento e de encontro de soluções, resoluções

ou, no mínimo, formas de apaziguamento da ansiedade. É por isso que a indústria do medo é simultaneamente uma indústria da esperança. A concentração da responsabilidade num conjunto de alvos fáceis, sejam estes imigrantes ou políticos, minorias ou capitães da indústria, não pode chegar ao ponto de conduzir à ideia da irrelevância completa da acção. É necessário preservar a ideia de que se pode ter uma palavra a dizer e de que existem ainda possibilidades de mudar a ordem das coisas. A indústria do medo deseja o pânico, mas não pode prosperar no baixar de braços complacente do cínico radical, sobretudo quando este se apoia numa desconstrução crítica dos eventos.

### *Um ano a celebrar os 30 anos do SOCIUS/ISEG no PÚBLICO*



O Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa é a mais antiga escola de economia e gestão do país. Para além da antiguidade, distingue-se de outras instituições de ensino superior portuguesas nesta área pela pluralidade científica e liberdade intelectual que o caracterizam desde sempre. Não é casual que o ISEG tenha estado no centro de muitas das movimentações políticas que atravessaram Portugal ao longo das décadas, que tenha sido o berço de algumas das maiores inovações nas ciências sociais portuguesas e que esteja bem preparado para compreender os complexos desafios que se colocam às economias e sociedades do futuro.

Numa escola como o ISEG, onde sempre houve espaço para a afirmação de visões distintas e vozes menos ortodoxas, é com enorme prazer que celebraremos este ano o trigésimo aniversário da criação do SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações – e do programa de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações (PDSEO), do qual é unidade de acolhimento. Nestes dois projectos converge a mesma vontade de cultivar aquilo a que Albert Hirschman chamava apropriadamente “*the art of trespassing*”. Derrubar fronteiras rígidas entre áreas de conhecimento, incentivar a colaboração entre nativos de várias ciências e cruzar a Atenas do Oikos (família e casa, mas também a base da ecologia e da economia) com a Roma



do Socius (ligação, associação e sociedade), foram sempre a bússola que orientou a caminhada de dezenas de colaboradores que, em esforços individuais ou colectivamente solidários, se integraram em programas de investigação e em esforços de docência.

Como forma de comemorar os 30 anos da sua existência, o SOCIUS associou-se ao PÚBLICO para, ao longo de 2021, ir apresentando algumas das pesquisas em que tem estado envolvido. Uma vez por mês, durante o ano, investigadores e investigadoras do SOCIUS sintetizarão os resultados do seu trabalho, de modo a serem conhecidos do grande público. Estas pesquisas revelam ainda outras marcas distintivas do ISEG, que o SOCIUS partilha desde a sua origem: o entendimento da economia e da gestão como realidades complexas, a atenção aos problemas contemporâneos, a reflexão orientada para a acção, a abertura a novas maneiras de pensar e compreender o mundo.

**João Peixoto**, presidente do SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações

**Rafael Marques**, presidente da Comissão de Comemoração dos 30 Anos do SOCIUS/PDSEO

Professor Auxiliar do ISEG/Universidade de Lisboa. Investigador do Socius